



KARLA CRISTINA SOUSA PEREIRA

**A nucleação como política de atendimento de estudantes surdos
no município de Lavras/MG**

**LAVRAS-MG
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

KARLA CRISTINA SOUSA PEREIRA

**A nucleação como política de atendimento de estudantes surdos
no município de Lavras/MG**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do
Curso de Pedagogia, para a
obtenção do título de Pedagoga.

Prof.(a) Dra. Giovanna Rodrigues Cabral

Orientadora

LAVRAS-MG

2019

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo da minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos.

Aos professores do curso de Pedagogia, que compartilharam seus conhecimentos comigo e toda a turma.

Um agradecimento especial a minha orientadora Dra. Giovanna Rodrigues Cabral, por toda dedicação e paciência nessa trajetória.

À professora Érica Tavares, pelas contribuições ao longo da minha formação acadêmica.

À minha mãe Silvana e minha irmã Karini, pelo apoio, carinho e compreensão.

Ao meu esposo Richard, por todo suporte e paciência comigo nesses anos.

Ao meu filho Isaac, que mesmo pequeno, soube compreender minha ausência em alguns momentos.

À todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização da minha pesquisa.

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso tem como objetivo apresentar e refletir sobre as políticas públicas desenvolvidas no âmbito da educação de surdos no município de Lavras, tomando como referência a legislação específica sobre o tema, a análise dos documentos referentes à nucleação de alunos e os depoimentos de pessoas que participaram das discussões sobre a proposta de atendimento educacional dos alunos surdos no município. Partimos do pressuposto de que é importante promover o reconhecimento dos direitos dos surdos que, muitas vezes, se sentem oprimidos e não têm sua cultura e seus valores respeitados e, para isso, abordamos os limites e perspectivas no contexto da inclusão de alunos surdos em uma escola polo em Lavras/MG, com o objetivo de promover a inserção da Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua no processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes surdos. É fundamental salientar a importância do tema, embora ele já tenha sido muito pesquisado e documentado, o processo de inclusão é dinâmico e necessita de um contínuo trabalho de pesquisa que crie uma base teórica sólida para reflexões e ações que contribuam na efetivação do processo de inclusão de alunos com deficiência, em especial os alunos surdos em escolas regulares de educação básica. Para esse trabalho foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo, tendo como base o estudo de caso e para a coleta de dados, utilizou-se como instrumento a entrevista semiestruturada. Foram analisados os documentos norteadores da proposta de nucleação, bem como os depoimentos de dois sujeitos participantes da equipe gestora do processo de nucleação em Lavras. Os resultados apontam que o município de Lavras foi pioneiro na região em tratar a educação de surdos como uma educação que tem suas especificidades, mas que vai além da educação inclusiva, entendendo que o surdo não é deficiente. Além disso, os resultados apontam que a nucleação precisa de uma continuidade, no sentido de se reestabelecer todo o andamento da nucleação que foi fragmentado, para que assim, possamos continuar na busca e na luta por uma educação equânime.

Palavras chave: Educação de surdos; educação bilíngue; políticas públicas.

ABSTRACT

This course conclusion paper aims to present and reflect on the public policies developed in the field of deaf education in the city of Lavras, taking as reference the specific legislation on the subject, the analysis of the documents related to the nucleation of students and the testimonies of people who participated in the discussions about the proposal of educational assistance of deaf students in the municipality. We assume that it is important to promote the recognition of the rights of deaf people who often feel oppressed and do not respect their culture and values. To this end, we address the limits and perspectives in the context of including deaf students in a Polo school in Lavras / MG, with the objective of promoting the insertion of Libras as a first language and Portuguese as a second language in the teaching and learning process of deaf students. It is essential to emphasize the importance of the theme, although it has been researched and well documented, the inclusion process is dynamic and needs a continuous research work that creates a solid theoretical basis for reflections and actions that contribute to the effective inclusion process. students with disabilities, especially deaf students in regular elementary schools. For this work a qualitative and quantitative research was conducted, based on the case study and for data collection, the semi-structured interview was used as instrument. The guiding documents of the nucleation proposal were analyzed, as well as the testimonies of two subjects participating in the management team of the nucleation process in Lavras. The results show that the municipality of Lavras was a pioneer in the region in treating deaf education as an education that has its specificities, but goes beyond inclusive education, understanding that the deaf is not deficient. Moreover, the results indicate that nucleation needs continuity, in order to reestablish the whole progress of the fragmented nucleation, so that we can continue in the pursuit and struggle for an equitable education.

Keywords: Deaf education; bilingual education; public policy.

SUMÁRIO

INÍCIO DE CONVERSA – Contextualização sobre o tema e a pesquisa.....	7
APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDOS	
1. Contexto histórico.....	10
2. Visões sobre a surdez: surdez <i>versus</i> deficiência auditiva	11
3. A Língua Brasileira de Sinais, a cultura surda e o bilinguismo.	13
4. Levantamento de estudos e pesquisas sobre o tema educação de surdos	16
CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	19
ANÁLISES DOS DADOS: refletindo sobre as dimensões da pesquisa.....	21
1. Perfil das participantes da pesquisa	22
2. Tecendo as relações sobre as dimensões de análise	
a) Antes do processo de nucleação.....	24
b) Durante o processo de nucleação.....	28
c) Depois do processo de nucleação.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
ANEXOS	42
APÊNDICE.....	45

INÍCIO DE CONVERSA – Contextualização sobre o tema e a pesquisa.

Esse trabalho visa a apresentação e registro das ações e estudos desenvolvidos no âmbito da política pública de nucleação dos estudantes surdos e deficientes auditivos no município de Lavras. O Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação de Surdos (GEPES), do Departamento de Educação, da Universidade Federal de Lavras (UFLA), criado em 2015, tem como foco central o estudo sobre a educação de surdos em Lavras e região. Tal campo do conhecimento vem ganhando espaço no âmbito da UFLA, buscando o desenvolvimento e a responsabilidade social com ensino, pesquisa e extensão. O grupo é composto por estudantes, docentes e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) da Universidade, docentes da prefeitura de Lavras, fonoaudióloga, representante da Associação de Surdos e Familiares de Surdos. Para iniciarmos o projeto de nucleação, realizamos diversas reuniões de trabalho, primeiramente entre os integrantes do GEPES, a partir das quais traçamos metas a serem alcançadas e nos organizamos para termos bons resultados nesse projeto. No grupo tínhamos a presença da coordenadora do Centro de Educação e Apoio as Necessidades Auditivas, Visuais e Transtorno do Espectro Autista (CENAV) e, juntamente com ela, marcamos uma reunião com todos que trabalham neste Centro para apresentarmos a pesquisa, a proposta de nucleação e para formarmos parcerias com tal instituição.

A partir dessas reuniões começaram a surgir ideias e a busca por uma educação melhor para a comunidade surda de Lavras. Foi feita uma reunião entre UFLA, CENAV e o poder executivo municipal para a apresentação do projeto e solicitar um novo espaço para a Associação de Surdos de Lavras, isso para que os encontros da Associação pudessem ser mantidos e, assim estabeleceu-se uma parceria entre essas partes. Entre diversas reuniões e estudos sobre o tema, chegamos à conclusão de que para desenvolver um projeto que iria ajudar os surdos, teríamos que trabalhar com a educação bilíngue, visto que, as crianças e jovens surdos presentes nas etapas da educação básica, fundamental e médio, encontravam-se distribuídos nas várias escolas da cidade. Ainda, atentamos para vários fatores que dificultam o processo educacional desses sujeitos, tais como a falta de profissionais intérpretes na rede de educação, a falta de professores especializados, a ausência de interação entre os sujeitos e, a conseqüente falta de frequência-prática de utilização da língua de sinais na comunidade e na escola. Entendemos que a língua de sinais é uma herança da comunidade surda e, devido à homogeneização da língua portuguesa nos variados âmbitos da nossa nação, a língua de sinais acaba por ser colocada socialmente em segundo plano. Este processo acaba por inserir os

usuários da língua em espaços cada vez mais restritos, não incluindo setores básicos da sociedade como saúde, transporte e educação.

Reconhecer as diferenças, respeitar a diversidade da comunidade surda são atitudes que precisam ir além de normas e legislações, ou seja, não se deve respeitar o surdo ou aceitá-lo no grupo ou comunidade por imposições legais, mas sim porque este se constitui como um ser humano igualmente merecedor de respeito como qualquer membro da sociedade que o cerca. Esse pensamento contribui para que a escola, enquanto instituição social, possa ser inclusiva, respeitando a todos com suas diversidades e com os devidos direcionamentos que possam ser dados à luz de discussões que favoreçam os educandos que não podem ser vistos como entrave dentro das escolas, mas sim como integrantes desse espaço.

Entretanto, os estudos realizados por autores como Quadros (2008), Lodi (2011), Goldfeld (1997), bem como os documentos norteadores da educação de surdos do Estado de Minas Gerais (2014) e do Brasil (2005; 2007), no âmbito da história da educação de surdos nos autorizam a dizer que nenhum direito presente hoje no ordenamento jurídico se constitui como mera dádiva do legislativo e/ou executivo. Na maioria das vezes, eles são frutos de um intenso movimento popular que busca garantir a igualdade nas condições de oferta da escolaridade. No caso da cidade de Lavras houve um trabalho coletivo (CENAV, SRE regional e municipal e UFLA) para que juntamente com as famílias dos estudantes surdos pudéssemos estruturar uma proposta capaz de atender o estabelecido nas legislações (BRASIL, 2005; 2007), bem como garantir as especificidades linguísticas dos estudantes surdos no âmbito da educação.

Os temas surdez e educação de surdos envolvem questões históricas e, mesmo estando no século XXI, ainda há muito que se estudar e contribuir para a melhoria da qualidade da educação de surdos. Portanto, nesse trabalho buscamos resgatar a história da educação de surdos, detalhando os conceitos educacionais que já delinearam os processos de ensino e de aprendizagem destes sujeitos (oralismo, comunicação total e educação bilíngue). Também, apresentamos as políticas públicas que envolvem a comunidade surda e a educação de surdos para, por fim, chegar ao objetivo principal do trabalho que é resgatar a trajetória de nucleação dos estudantes surdos no município de Lavras, buscando compreender a situação atual da educação de surdos na cidade.

O interesse pelo tema surgiu desde a minha transferência de curso, de Química para Pedagogia, e da minha participação no GEPES, que despertou o meu apreço pelo tema da educação especial inclusiva. Participando do grupo, desenvolvi o projeto “Investigando a educação de surdos e deficientes auditivos no município de Lavras” juntamente com uma

professora do Departamento de Educação e outros estudantes. Essa pesquisa buscou fomentar mudanças para a educação no município de Lavras, tais como a nucleação do atendimento de crianças surda em uma escola polo da cidade. Eu vivenciei todas as etapas desse processo, desde as reuniões para estudos com o GEPES até a participação em reuniões com os pais dos alunos surdos, o poder público municipal e a equipe gestora da escola estadual. A proposta de nucleação consistiu em reunir todos os estudantes surdos, com consentimento dos pais, na Escola Estadual Cinira Carvalho, além de sanar algumas dificuldades que estavam presentes na educação de surdos, é de promover o uso da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua dos surdos e a Língua Portuguesa apenas na modalidade escrita. A escolha recaiu nessa escola, pois, a grande maioria dos estudantes surdos e deficientes auditivos do município já estudava na instituição e, por uma questão de logística, ficou mais fácil deslocar para lá os poucos alunos das outras escolas, uma vez que o transporte para esses estudantes foi disponibilizado gratuitamente pela Prefeitura em parceria com o Estado. Esse processo ocorreu nos anos de 2016 e 2017 e envolveu algumas etapas: reuniões com associação de surdos, secretaria de educação municipal, superintendência regional de ensino de Campo Belo, pais dos alunos surdos, intérpretes do município, gestores das escolas. Essas reuniões foram registradas em formato de atas elaboradas por membros do CENAV. Durante todo o percurso realizado resistências foram percebidas, sobretudo pela insegurança em relação às mudanças propostas, principalmente por parte dos intérpretes.

A importância e objetivo desse trabalho de pesquisa se dá pelo resgate da trajetória de implantação dessa política pública para a educação de surdos no município, sobretudo para sabermos como essas mudanças foram percebidas dois anos depois de terem acontecido, além de mostrar qual caminho seguir daqui em diante. Para isso, nossa intenção é realizar a consulta às atas de registros, às minhas observações e anotações de participação das reuniões à época da nucleação, bem como a coleta de depoimentos dos colaboradores participantes desse processo de nucleação, de 2016 até os dias atuais.

Assim, com essa pesquisa buscamos registros sobre a implantação da política pública para a educação de surdos no município de Lavras para responder as seguintes perguntas: Qual foi a importância dessa política para o município de Lavras? Atualmente como está o funcionamento de nucleação de estudantes surdos na Escola Estadual Cinira Carvalho? Esses registros e as questões norteadoras integram essa pesquisa que tem como objetivo resgatar a trajetória da implantação da política de nucleação de estudantes surdos na Escola Estadual Cinira Carvalho, a partir da consulta aos documentos e dos depoimentos dos colaboradores participantes desse processo de nucleação, de 2016 até os dias atuais.

APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDOS

1 - CONTEXTO HISTÓRICO

Ver mudanças na educação é algo muito bom, principalmente quando é positiva e atendem uma minoria que geralmente fica esquecida. Será de suma importância para a minha formação acadêmica, pessoal e profissional o desenvolvimento desta pesquisa.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007), o estudante surdo tem direito a educação bilíngüe.

Para o ingresso dos estudantes surdos nas escolas comuns, a educação bilíngüe – Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para estudantes surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais estudantes da escola. O atendimento educacional especializado para esses estudantes é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença lingüística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular. (BRASIL, 2007)

Com esse olhar, em 2015, o GEPES realizou no município de Lavras uma pesquisa intitulada *Mapeando a educação de surdos e deficientes auditivos no município de Lavras (2015-2017)*, a partir da qual percebeu-se que os estudantes surdos e deficientes auditivos estavam distribuídos pelas várias escolas da cidade. Consequentemente, esse fato das matrículas dos alunos surdos estarem espalhadas na cidade dificultava o ensino de Libras como primeira língua para surdos em todas as escolas e, mesmo os estudantes possuindo intérpretes, eles acabavam tendo seus direitos não contemplados, uma vez que a comunicação imposta era a oral/auditiva, prejudicando o processo de desenvolvimento integral do estudante previsto na Constituição Federal de 1988.

Pensando assim, falar sobre a educação de surdos nos remete ao passado, no qual a sociedade tinha uma visão negativa dos indivíduos que possuíam algum tipo de deficiência. Com isso, há vários relatos de que esses indivíduos eram castigados ou sacrificados. No Brasil, temos informações que, em 1855, Hernest Huet, professor surdo francês, chegou para iniciar um trabalho de educação com duas crianças surdas, uma delas era neta do imperador D. Pedro II.

A partir disso, foi fundado em 1857, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Em 1911, o INES, estabeleceu o *oralismo*,

que proibia o uso da língua de sinais e o surdo só poderia se comunicar através da leitura labial e desenvolver a língua oral.

No fim da década de setenta chega ao Brasil a *Comunicação Total*

Os profissionais que seguem a Comunicação Total percebem o surdo de forma diferente dos oralistas: ele não é visto apenas como um portador de uma patologia de ordem médica, que deveria ser eliminada, mas sim como uma pessoa, e a surdez como uma marca que repercute nas relações sociais e no desenvolvimento afetivo e cognitivo dessa pessoa. (Ciccone, 1990, s/p).

A *Comunicação Total* utiliza o uso simultâneo dos códigos manuais e a língua oral. Já o *Bilinguismo* chegou na década de oitenta, trazendo um conceito de que os surdos formam uma comunidade, com cultura e língua própria. Segundo Goldfeld (1997), o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial do seu país. Sobre a educação bilíngue

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. (BRASIL, 2005)

Assim, uma escola bilíngue é aquela que possui duas línguas que coexistam no mesmo espaço, porém esta definição por si só não define o bilinguismo para o surdo. Uma escola bilíngue neste sentido implica na prioridade de aprendizado do indivíduo, pois as barreiras linguísticas impostas por uma comunicação oral/auditiva, apesar da utilização de alguns recursos, promovem um atraso que vem sendo observado ao longo do tempo na educação de surdos. Sendo assim, em uma escola bilíngue Libras/Português, temos a Libras como primeira língua (L1), favorecendo e potencializando o aprendizado destes alunos, e o Português como segunda língua (L2), em que o seu ensino é diferenciado, levando em consideração as características dos seus alunos.

No Brasil, atualmente, essas três filosofias educacionais existem e convivem com os surdos. Elas defendem aspectos diferentes e podemos perceber que elas, muitas vezes, explicam como a surdez é vista na sociedade.

2 - VISÕES SOBRE A SURDEZ: surdez versus deficiência auditiva

Conhecer a história dos surdos, bem como, a surdez é o primeiro passo para iniciar um estudo mais profundo sobre sua cultura. A surdez pode ser vista por dois modelos, o primeiro modelo é o clínico-terapêutico, que segundo autores da área, formou-se historicamente com as

posturas médicas e ideológicas e embasou o oralismo, uma das filosofias educacionais. Nesse modelo o surdo é

Considerado uma pessoa que não ouve e, portanto, não fala. É definido por suas características negativas; a educação se converte em terapêutica, o objetivo do currículo escolar é dar ao sujeito o que lhe falta: a audição, e seu derivado: a fala. Os surdos são considerados doentes reabilitáveis e as tentativas pedagógicas são unicamente práticas reabilitatórias derivadas do diagnóstico médico cujo fim é unicamente a ortopedia da fala (SKLIAR, 1997, p.113).

Os médicos acreditam que

A língua de sinais não constitui um verdadeiro sistema lingüístico, pois o de fine como um conjunto de gestos carente de estrutura gramatical, um tipo de pantomima desarticulada, que, além disso – e paradoxalmente – limitaria ou impediria a aprendizagem da língua oral (SKLIAR, 1997, p.111).

Nesse modelo o surdo então, passa a ter uma deficiência, que eles acreditam que precisa ser sanada. São considerados deficientes auditivos e precisam de estratégias e recursos educacionais para reparar reabilitar e corrigir a surdez. Sendo assim, a língua de sinais é banida do processo educacional do indivíduo. Para se comunicar esse indivíduo utiliza a leitura labial, o aparelho auditivo e a terapia.

Medicalizar a surdez significa orientar toda a atenção à cura do problema auditivo, à correção de feitos da fala, ao treinamento de certas habilidades menores, como a leitura labial e a articulação, mais que a interiorização de instrumentos culturais significativos, como a língua de sinais. E significa também opor e dar prioridade ao poderoso discurso da medicina frente à débil mensagem da pedagogia, explicitando que é mais importante esperar a cura medicinal – encarnada atualmente nos implantes cocleares – que compensar o déficit de audição através de mecanismos psicológicos funcionalmente equivalentes (SKLIAR, 1997, p. 111).

Essa visão prevaleceu até a década de 90, quando muitos estudiosos da área de antropologia, linguística e sociologia, se interessaram na cultura dos surdos, dando origem a uma nova visão sobre a surdez oposta a clínico-terapêutico. Essa visão ou modelo oposto é chamado de sócio-antropológico e tem como base a aceitação da identidade surda. Os surdos então passam a ser vistos como aqueles que

[...] formam uma comunidade lingüística minoritária caracterizada por compartilhar uma língua de sinais e valores culturais, hábitos e modo de socialização próprios. A língua de sinais constitui o elemento identificatório dos surdos, e o fato de constituírem-se em comunidade significa que compartilham e conhecem os usos e normas de uso da mesma língua, já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente. Isto é, desenvolveram as competências lingüísticas e comunicativas – e cognitiva – por meio do uso da língua de sinais própria de cada comunidade de surdos [...] A língua de sinais anula a deficiência lingüística consequência da surdez e permite que os surdos constituam, então, uma comunidade lingüística minoritária diferente e não um desvio da normalidade (SKLIAR, 1997, p. 141).

Nessa perspectiva, os surdos se consideram surdos independentes dos seus graus de perda auditiva, valorizam a língua de sinais e os campos visuais, tendo orgulho de serem surdos.

Os nomes atribuídos aos Não-Ouvintes incluem “mudo”, “surdo-mudo”, “deficiente auditivo”, uma variedade de outros eufemismos politicamente corretos, e o que é preferido pela maioria daqueles que se identifica como tal: “Surdo” (WRIGLEY, 1996, p.3).

Perceber a surdez como um campo específico do conhecimento e entender que a língua de sinais, suas histórias, lutas e, principalmente, sua cultura fazem parte do ser surdo e saber a diferença do deficiente auditivo e o surdo, possibilitam novas percepções que antes não eram vistas ou eram considerada como patologia. Há ganhos em ser surdo e eles se encontram em diversos momentos em sua vida, relações sociais, habilidades psicomotoras, percepção de mundo, entre outras.

3 - A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, A CULTURA SURDA E O BILINGUISMO.

Atualmente vêm se discutindo a importância de se problematizar a educação de surdos em nosso país, educação essa tal que por muito tempo foi negligenciada por ter sido vista de um modo não realista das suas essenciais necessidades. O desafio, portanto, foi e ainda é a inclusão e adequação do olhar sobre dos indivíduos/sujeitos surdos no Brasil, e sua capacidade de linguagem e habilidade de adaptá-la. Por muito tempo essa visão dos surdos foi alinhada a questões históricas, culturais e principalmente sociais, por meio do desconhecimento e a falta de pesquisas e visões sobre o tema, o sujeito surdo foi compreendido mais pelas suas limitações impostas por suas condições, do que por suas habilidades. Foram vistos por muito tempo como deficientes, como pessoas com atraso da aquisição da linguagem.

O cenário sobre a educação de surdos mudou a partir de 2002, ano de promulgação da Lei nº 10.436, que reconheceu a Libras com língua oficial da comunidade surda, abrindo assim caminho para a educação bilíngue para surdos.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

Em seguida, em 22 de dezembro de 2005, para regulamentar essa lei foi sancionado o decreto nº 5.626 que dispõe que os sistemas educacionais federais, estaduais e municipais de ensino devem garantir a inclusão nos cursos de formação, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. (BRASIL, 2005)

Assim, avançando nesse sentido, o Decreto 5626/05 oficializa também a inclusão da Libras como disciplina curricular, na formação de professores e instrutores de Libras, do uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação, da formação do tradutor intérprete de Libras/Língua Portuguesa, da garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

O Decreto nº 5626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso à escola dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue do ensino regular (BRASIL, 2005).

Ainda, com base na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007), o aluno com deficiência, seja ela: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual, tem direito a educação e, por isso, deve estar matriculado na escola regular junto aos demais.

Desse modo, temos o início da política de inclusão que congrega os alunos regulares e os alunos com necessidades especiais em uma mesma sala. Sabendo disso, podemos voltar nossos olhos para os surdos e deficientes auditivos. Em uma sala de aula inclusiva, surdos, ouvintes, cegos, cadeirantes... Qualquer quadro da vasta gama de especificidades dos alunos, a maioria linguística da sala de aula, incluindo a do professor é a língua portuguesa em sua modalidade oral auditiva. Já o surdo que coexiste dentro desse meio necessita do intérprete para se comunicar com os demais, seja com o professor, os colegas de classe, os servidores da escola e outras pessoas. A falta de autonomia e praticidade, a limitação dos intérpretes (por conta de sobrecarga) e a falta de formação dos professores influenciam na qualidade do processo de ensino e de aprendizagem desses alunos que, muitas vezes, são prejudicados pela ineficiência do sistema em atender aos seus direitos educacionais. Segundo Lodi (2013),

O Decreto 5.626, defende que a Educação de surdos é um campo específico do conhecimento, e que é uma questão social que envolve a língua de sinais e a língua portuguesa, em uma relação inseparável, cada uma com sua

cultura e seus aspectos. Desta forma os surdos passam a ter direito ao conhecimento da língua de sinais e o português é utilizado na escrita como segunda língua. (LODI, 2013, p. 49)

Sendo assim, compreendo tal como Lodi (2013) a educação de surdos como um campo específico do conhecimento, diferente do campo de estudos da educação especial inclusiva, visto que, é necessário entender as especificidades dos surdos para uma educação equânime.

Portanto, esses fatos foram de grande importância para a legitimação da existência de uma “cultura surda”. É a aceitação histórica marcante na área da surdez e educação de surdos, aumentando assim o número de pesquisas e trabalhos sobre esses temas.

Dessa forma, uma escola considerada ideal, para estudantes surdos é aquela que tem sua língua materna – Libras – como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua, apenas na modalidade escrita. Além disso, deve considerar suas especificidades e, reconhecer que o surdo tem sua própria cultura. Nesse sentido,

Várias pesquisas mostram que os surdos melhor incluídos socialmente são os que estudam nas Escolas Bilíngues, que têm a Língua de Sinais brasileira, sua língua materna, como primeira língua de convívio e instrução, possibilitando o desenvolvimento da competência em Língua Portuguesa escrita, como segunda língua para leitura, convivência social e aprendizado. Não somos somente nós que defendemos essa tese. Reforçamos que há um número relativamente grande de mestres e doutores, pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, além de professores de ensino básico e superior, que identificam essa realidade e atuam nessa luta conosco. Todos os pesquisadores sérios proclamam que as ESCOLAS BILÍNGUES PARA SURDOS, cujas línguas de instrução e convívio são a Libras (L1) e o Português escrito (L2), são os melhores espaços acadêmicos para a aprendizagem e inclusão educacional de crianças e jovens surdos. (CAMPELO, A. R. S.; *et all*, 2012).

A Carta citada acima foi escrita por doutores surdos com o intuito de mostrar que o bilinguismo é uma ferramenta de extrema importância na inclusão dos surdos na sociedade em geral.

Rogamos-lhe, Senhor Ministro que GARANTA AS ESCOLAS BILÍNGUES, COM INSTRUÇÃO EM LIBRAS E EM PORTUGUÊS ESCRITO, NAS DIRETRIZES EDUCACIONAIS DO MEC e que REFORCE a importância de sua inclusão no PNE. Essas escolas respeitam a especificidade linguístico-cultural das crianças e jovens surdos e sua viabilidade representa a garantia ao direito que os surdos têm a uma educação bilíngue específica, a qual permite o convívio entre seus pares (em ambientes linguisticamente adequados). Essa ação é verdadeiramente inclusiva, pois garante não somente o convívio social, mas o acesso pleno ao conhecimento e às condições idênticas para que, no futuro, essas crianças e jovens surdos possam ser incluídos efetivamente na sociedade. Esses são os mais básicos direitos constitucionais garantidos a todos os brasileiros. Desejamos que não sejam furtados de nenhum surdo brasileiro e, por isso,

contamos com vossa sábia intervenção em nosso favor. (CAMPELO, A. R. S.; *et all*, 2012).

Nessa perspectiva, para o pleno atendimento dos alunos surdos as escolas devem ser reestruturadas para que todos os servidores tenham condições de se capacitarem para atender a todos os alunos de modo equânime e, os professores devem estar abertos a compreender as diferenças educacionais dos alunos surdos e ouvintes, para que possam auxiliá-los por meio do desenvolvimento de estratégias pedagógicas que atendam essas diferenças.

4 - LEVANTAMENTOS DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O TEMA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Um primeiro movimento de aproximação com a temática dessa pesquisa foi a realização de uma pesquisa do tipo estado da arte para levantamento de um panorama acerca das pesquisas e estudos sobre a educação de surdos no Brasil, no período de 2012 a 2016. Segundo Ferreira, as pesquisas denominadas "estado da arte" ou "estado do conhecimento" são definidas:

[...] como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p.1)

Dessa forma, tratou-se de uma pesquisa realizada no âmbito do GEPES, com cunho quantitativo e descritivo. De acordo com Gil (1996), "as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis" (GIL, 1996, p. 46). Para tanto foram usadas como fonte documental desta pesquisa três plataformas virtuais diferentes, sendo elas: o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o site da ANPED e o Scielo; e, para que houvesse uma padronização na busca desses trabalhos foram utilizadas duas palavras chaves: Educação de Surdos e Libras.

Os resultados obtidos na primeira busca evidenciaram que havia a repetição de trabalhos nas três plataformas de busca, o que foi corrigido nas etapas seguintes da pesquisa.

Ao mesmo tempo em que indicou que o Banco de testes e dissertações da Capes congrega o maior número de estudos e pesquisas publicadas na área da educação de surdos no Brasil.

Tabela 1: Resultados da pesquisa

Plataforma de Busca	Libras	Educação de Surdos	Repetidos
Anped	1	8	1
Scielo	66	79	33
Capes	283	265	173

Fonte: Relatório de divulgação de pesquisa, 2017.

Tomando como base o resultado dos trabalhos e pesquisas encontrados no Banco de teses e dissertações da Capes foram publicados no período de cinco anos 375 trabalhos, dentre eles 62 teses e 313 dissertações, que foram realizadas por 55 instituições.

No gráfico abaixo temos a indicação da distribuição dos trabalhos sobre os temas educação de surdos e Libras pelas regiões do país. A região com maior número de trabalhos foi a sudeste, com 143 trabalhos publicações, seguida pela região sul com 122; o que pode ser justificado pela presença nessas regiões das maiores universidades públicas do país, destacando o potencial dessas instituições na produção de estudos na área.

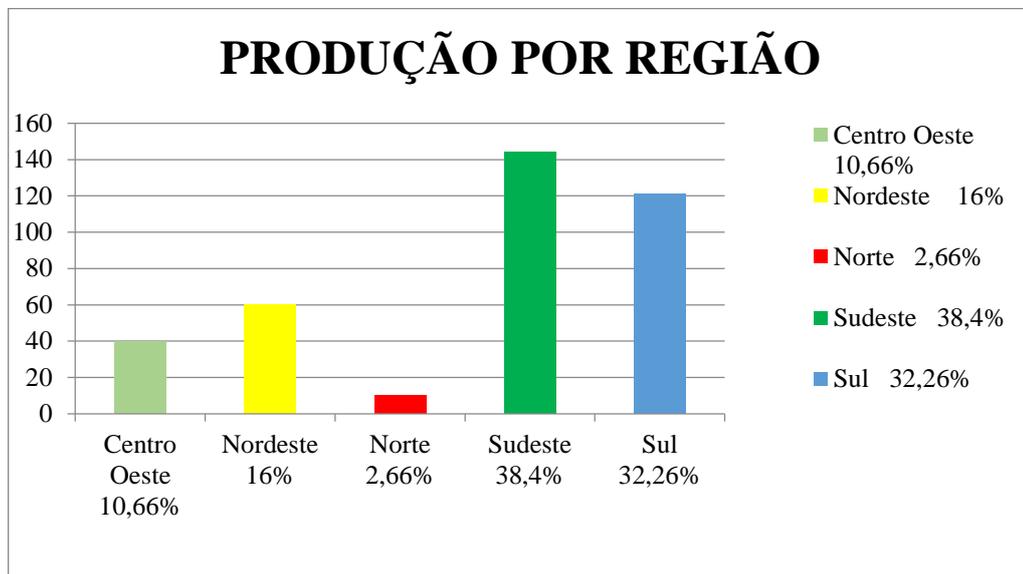


Gráfico 1: Distribuição dos trabalhos pelas regiões do país

Fonte: Relatório de pesquisa, 2017.

Corroborando com os achados apresentados no gráfico acima, apresentamos a relação das instituições com maior quantitativo de trabalhos e pesquisas realizadas no período do levantamento. Ao realizar a comparação entre a produção das instituições ao longo dos anos pesquisados, destaca-se o aumento proporcional dos estudos dentre as instituições localizadas

no sudeste do país. A Universidade Federal de Santa Catarina se destacou com o total de 33 trabalhos, com destaque para o ano de 2013 que concentrou o quantitativo de 15 trabalhos, média anual muito superior a das demais instituições do quadro. Em seguida a Universidade de Brasília apresentou a soma de 27 publicações no período, seguida por duas universidades sendo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade de São Paulo, com 22 trabalhos. As demais instituições do quadro apresentaram entre 10 e 20 pesquisas e estudos publicados na área.

Tabela 2 - Distribuição dos trabalhos pelas instituições ao longo dos anos da pesquisa

Instituição	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Universidade Federal de Santa Catarina	5	15	8	2	3	33
Universidade de Brasília	5	5	6	4	7	27
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	3	4	5	9	1	22
Universidade de São Paulo	2	5	6	9	-	22
Universidade Estadual Paulista	3	4	4	5	2	18
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	4	3	4	2	2	15
Universidade Federal da Paraíba	2	3	5	4	1	15
Universidade Estadual de Campinas	3	4	1	5	2	15
Universidade Federal do Espírito Santo	6	3	4	1	-	14
Universidade Federal do Paraná	2	3	4	4	-	13
Universidade Federal de Santa Maria	2	3	4	1	2	12
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	1	1	4	6	-	12

Fonte: Da autora, 2017.

A partir do estudo realizado foi possível perceber a trajetória e recorrências dos estudos sobre a educação de surdos e sua distribuição pelas regiões do país. Verificamos a incidência de publicações sobre o tema nas três plataformas online pesquisadas, indicando que as pesquisas estão sendo realizadas, mesmo que de forma tímida em algumas regiões. Ainda, a partir do processo de vivência desse estudo percebemos o quanto é importante conhecer os trabalhos e estudos já realizados por instituições e/ou pesquisadores autônomos, pois muitas vezes, podemos recorrer a resultados já encontrados e, a partir deles, aprofundarmos ou avançarmos nas discussões do campo teórico. Cumpre ressaltar que o relatório completo desse levantamento pode ser consultado junto à Pró Reitoria de Pesquisa desta instituição.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa busca analisar e entender como se deu o processo de nucleação de estudantes surdos e deficientes auditivos em Lavras, desse modo vamos desenvolver uma pesquisa qualitativa, pois, segundo Bogdan e Biklen (1982 apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.13), nosso objetivo envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. Desse modo, a pesquisa qualitativa, torna-se uma grande aliada às pesquisas educacionais, que consideram seus participantes com suas subjetividades e particularidades.

Ainda pela natureza da pesquisa podemos pensar que a mesma retrata um caminho metodológico ancorado na metodologia do estudo de caso, uma vez que nosso olhar vai recair sobre uma realidade específica reforçando o que Stake (1994, p. 236) apud André (2008, p.16) aponta sobre essa questão: “estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado”. Assim, nessa pesquisa a escolha pelo estudo de caso possibilita o entendimento de acontecimentos sejam eles individuais, em grupos, sociais ou políticos e, ainda permite que o pesquisador possa adentrar ao caso com total foco e dê outras perspectivas, além do entendimento em sua totalidade.

A escolha pela metodologia aponta para a compreensão de que os aspectos de análise de dados permitem descrever, interpretar e desvendar conhecimentos ainda pouco explorados e permite investigar diferentes percepções de pessoas envolvidas com o processo de nucleação do atendimento dos surdos em uma escola específica de Lavras/MG.

Como instrumentos de coleta de dados nossa proposta foi consultar os registros realizados sobre o processo de nucleação e realizar o levantamento das memórias e percepções de envolvidos no processo de nucleação, a partir da entrevista semiestruturada. De acordo com LÜDKE e ANDRÉ (1986, p.34) a entrevista semiestruturada “se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”, a entrevista semiestruturada é um instrumento de coleta de dados flexível que possibilita o pesquisador a correção ou novas perguntas dependendo da forma como será a entrevista.

Desse modo as entrevistas foram realizadas com duas das pessoas responsáveis pela nucleação dos estudantes surdos no município de Lavras, uma ligada à Universidade Federal de Lavras e outra ligada à escola que sediou a nucleação dos alunos, na busca pela

compreensão de como foi o processo de nucleação e de como estão sendo atendidos atualmente os estudantes surdos na rede regular de ensino de Lavras.

Cumpramos ressaltar que, inicialmente a ideia era apenas consultar as atas para levantamento da trajetória história da nucleação no município, no entanto, ao fazermos a pesquisa documental das atas e registros, verificou-se que muito da história não havia sido registrada e que muito material sobre o processo havia se perdido no tempo. A partir disso, optamos pela complementação da pesquisa com outra estratégia de coleta dos dados que foram as entrevistas com pessoas que vivenciaram à época o movimento de nucleação dos estudantes surdos no município de Lavras. Além da consulta aos documentos, das entrevistas foi feita a revisão de literatura e da legislação sobre o tema, que deu aporte teórico as reflexões sobre o objeto de pesquisa. Ressaltamos também que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (anexo 1).

O tratamento e análise dos dados estão ancorados na análise de conteúdo (Bardin, 2011). Dessa forma, iniciamos o trabalho com a leitura flutuante das transcrições das entrevistas, a partir da qual o pesquisador apropria-se do material estabelecendo relações entre os materiais, por meio da própria leitura e anotações. Essas relações foram feitas a partir de recorrências dos materiais analisados, de palavras, termos ou sentenças e, com a definição das recorrências, elas nos guiaram durante o tratamento e análise dos dados de modo que, por fim deram origem as propostas de categorias ou dimensões que viabilizaram a montagem de ações e estratégias para responder aos objetivos da pesquisa.

Após a identificação das recorrências, por meio dos acontecimentos, levando em consideração os objetivos da pesquisa, as categorias ou dimensões para análise e apresentação foram organizadas com base no período temporal da implantação da política de nucleação, apresentando-se da seguinte forma: a) *Antes do processo de nucleação*, categoria na qual se apresenta os caminhos percorridos, a partir da leitura dos documentos e dos depoimentos das entrevistadas, até a chegada da ideia de nucleação; b) *O processo de nucleação*, categoria em que apresentamos a dimensão prática da execução da política de nucleação, passando pelos desafios e dificuldades inerentes ao processo; e, por fim, c) *Depois da nucleação*, que trata da avaliação da iniciativa, das expectativas e esperanças e projetos futuros destacados pelos sujeitos da pesquisa.

ANÁLISES DOS DADOS: refletindo sobre as dimensões da pesquisa

Como já mencionado, com objetivo de melhor conhecer o percurso de implantação da política de atendimento de estudantes surdos no município de Lavras/MG foi preciso rever os procedimentos metodológicos dessa pesquisa, incluindo-se para levantamento dos dados o uso de entrevistas semiestruturadas junto a membros da equipe idealizadora e executora do processo de nucleação dos alunos, visto que a consulta aos documentos e registros não deu suporte necessário para compreender a política em si. Destacamos que muito da história e da trajetória do processo de nucleação não haviam sido registradas de forma completa nas atas e livros das reuniões realizadas. Assim, a partir dessa constatação e da necessidade de melhorar a qualidade dos materiais para a análise e cumprimento dos objetivos dessa pesquisa, realizamos duas entrevistas, baseadas em roteiro pré-definido que ajudaram a dar foco ao trabalho realizado. A entrevista 1 foi realizada por Skype com uma das idealizadoras da política de atendimento de estudantes surdos e teve, aproximadamente 1 hora de duração. Todo o seu conteúdo foi gravado e após foi realizada a sua transcrição. A entrevista 2 foi realizada pessoalmente com a gestora da equipe que recebeu os alunos no momento da nucleação, por ter sido considerada uma escola polo onde a maioria dos alunos surdos já estudavam. O roteiro foi disponibilizado por e-mail e a intervenção durou 40 minutos e também foi transcrita pela pesquisadora.

Com o material sobre o processo de nucleação consultado, as atas e apontamentos das reuniões realizadas e, após a transcrição das entrevistas passou-se ao momento do tratamento dos dados, que esteve ancorado no procedimento conhecido como análise de conteúdo (Bardin, 2011). Assim, iniciamos o processo realizando a leitura flutuante de todo o material buscando depreender as recorrências e pontos de destaque nos documentos e depoimento. A partir do estabelecimento das recorrências categorizamos três dimensões de análise que foram separadas a partir do período temporal dos fatos acontecidos, quais sejam: *Antes do processo de nucleação; Durante o processo de nucleação e Depois do processo de nucleação*. À luz dos referenciais teóricos, buscamos a fundamentação que norteou o trabalho em relação aos dados categorizados, refletindo os sentidos e significados fornecidos pelas entrevistadas, que traduzem suas participações na política de atendimento de estudantes surdos em Lavras.

Antes de adentrarmos cada uma das categorias passamos a descrever, brevemente, o perfil das participantes da pesquisa, com o objetivo de contextualizar as informações obtidas e evidenciar o lugar de onde cada uma delas tecem seus comentários.

1. PERFIL DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Como já mencionado, somente após a análise documental foi possível verificar que seria necessário realizar entrevistas para complementação dos dados e respostas às questões da pesquisa; assim, selecionamos duas pessoas que foram consideradas como referências na elaboração e execução da política de educação de surdos.

Com o intuito de preservar a identidade dos colaboradores dessa pesquisa e facilitar a organização da análise das informações, optamos por fazer referência às entrevistadas sem utilizar o seu nome. Esse anonimato foi combinado previamente com as participantes para que as mesmas se sentissem à vontade para responder às questões propostas. Assim, as entrevistadas foram indicadas pela letra E, seguida pelo número 1 ou 2.

A participante E1 trabalha na Universidade Federal de Lavras como docente e, antes disso, foi professora da rede pública de um município localizado na zona da mata mineira. Desde a sua graduação em Pedagogia se especializou na educação de surdos e aprendeu a Língua brasileira de sinais, além de ter desenvolvido trabalhos no atendimento educacional especializado. Sua trajetória na área de educação iniciou-se no ano de 2000 e de lá para cá aprofundou seus estudos por meio do mestrado em educação e, agora cursando o doutorado em educação, pesquisando sobre a temática da formação de professores e da educação de surdos. É idealizadora do projeto de atendimento educacional de estudantes surdos e desenvolve pesquisa e extensão na área no âmbito do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação de Surdos (GEPES).

A participante E2 trabalha na Escola Estadual Cinira Carvalho e, no momento presente, atua como gestora da instituição. Antes disso, trabalhou como docente na rede pública de ensino municipal e possui mais de dez anos de experiência na área de educação. Possui graduação em Pedagogia com ênfase na docência e na Supervisão escolar e especializações voltadas para a área de Gestão escolar, Psicopedagogia clínico institucional e Gênero e diversidade. Em 2018 buscou aprofundar seus estudos por meio do mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Durante o processo de nucleação dos estudantes surdos aceitou o desafio proposto de tornar a referida escola em um polo de atendimento aos alunos surdos e suas famílias, mobilizando toda a comunidade escolar para o êxito da proposta.

O quadro a seguir apresenta um panorama geral das duas participantes da pesquisa.

Sujeito	Idade	Vínculo	Tempo de magistério	Formação inicial e pós graduação / ano de conclusão
E1	40	Efetivo	19 anos	Superior: Pedagogia – 2000; Mestrado: em Educação – 2011; Doutorado: em Educação – em andamento.
E2	41	Efetivo	12 anos	Superior: Pedagogia (Licenciatura e Supervisão escolar) – 2006; Pós-graduação: Psicopedagogia clínica-institucional – 2011; Gênero e diversidade – 2015; Mestrado: Gestão e Avaliação da Educação Pública – 2018.

Quadro 1: Perfil das participantes da pesquisa

Fonte: Da autora.

2. TECENDO AS RELAÇÕES SOBRE AS DIMENSÕES DE ANÁLISE

ANTES DO PROCESSO DE NUCLEAÇÃO

A educação de surdos é um tema que exige estudos e pesquisas para entendimento das melhores formas de atendimentos dos estudantes nas escolas. Como já abordado, sabemos que a língua de sinais é a língua de constituição de sujeitos surdos e quando ela é assumida nas instituições de ensino há o favorecimento do desempenho dos alunos surdos.

As discussões sobre a educação inclusiva de surdos não se restringem ao direito linguístico estabelecido nas leis e decretos; a socialização com outros usuários da mesma língua; às questões metodológicas ou às propostas de escolas bilíngues, mas ampliam-se para as condições concretas de implementação dessas mesmas propostas nas políticas governamentais.

Lodi e Lacerda (2009) apontam que na escola, o aluno surdo alcança um nível de desempenho satisfatório quando há preocupação com o resgate de sua história, compreensão de sua singularidade linguística e uma educação que valorize suas capacidades e potencialidades, além de uma atenção às formas de organização social das comunidades surdas e à importância da Libras no processo educativo e nas demais instâncias cotidianas. Associado a isso, podemos perceber a importância da presença de recursos - sejam eles humanos, materiais, metodológicos ou outros - imprescindíveis para um ensino de qualidade no espaço escolar.

Com base nas questões levantadas, a materialização da proposta de nucleação dos estudantes surdos no município de Lavras exigiu uma série de conhecimentos teóricos e práticos que alicerçaram o projeto,

Conhecimento não se reduz à informação. Esta é um primeiro estágio daquele. Conhecer implica um segundo estágio, o de trabalhar com as informações, identificando-as, analisando-as e contextualizando-as. O terceiro estágio relaciona-se à inteligência, à consciência ou à sabedoria. Inteligência relaciona-se à arte de vincular conhecimento de maneira útil e pertinente [...] (PIMENTA, 2003, p. 167).

Desse modo, as etapas de estruturação, do planejamento, bem como o empenho e a experiência de cada profissional que integrou a equipe que formulou a proposta de nucleação fez toda diferença e contribuiu para que o projeto saísse do papel e se tornasse realidade. El

destacou como foi o início de sua trajetória na área da educação de surdos, apresentando as dificuldades vivenciadas durante os estudos na graduação sobre essa temática:

Eu conheci alguns surdos que começaram a fazer parte do meu convívio e com isso eu precisava me comunicar com eles. Nesse período estava cursando Pedagogia na UFJF e procurei na graduação alguma disciplina sobre o tema; não tinha ainda a disciplina de Libras como obrigatória, mas tinha uma disciplina de Libras como optativa que apresentava alguns conceitos sobre a educação de surdos e tal [...] Eu acabei fazendo a disciplina e me interessei ainda mais sobre a discussão dos surdos e foi assim que eu me lembro de ter começado a estudar um pouco sobre o tema. Isso foi em 1999, a professora falou sobre essa questão da educação de surdos, sobre a proibição da língua de sinais; isso fez com que eu quisesse aprender Libras [...] Então, por conta dos meus amigos surdos e dessa disciplina eu comecei a me interessar mais [...]eu fazia claro, uma relação com o que eu estudava na educação em geral com o que acontecia com os surdos e ficava bastante intrigada mesmo com as ausências que eu percebia, principalmente com relação à língua dos surdos nas escolas...

A professora aponta para a fragilidade da formação do pedagogo para a atuação com a educação inclusiva, com foco na compreensão sobre a educação dos surdos, sobretudo em relação ao ensino de Libras como primeira língua para a comunidade surda. Defendemos que qualquer ação pedagógica precisa considerar a condição linguística da comunidade surda e oferecer a Libras como forma de acesso do surdo ao mundo letrado.

Continuando o relato sobre sua inserção nas discussões sobre a temática até chegar à elaboração da proposta de nucleação do atendimento dos estudantes surdos em Lavras, a professora E1 apresentou a importância da aproximação entre a Universidade e a comunidade que a cerca, buscando através da pesquisa e extensão cobrir as lacunas identificadas e ampliar a atuação das instituições para além dos muros da Universidade.

E1: Quando eu cheguei em 2014 eu já estava há muitos anos, trabalhando na prática com as questões da surdez. Como professora da UFLA era a minha área de interesse de pesquisa e extensão e eu não separo muito o ensino, pesquisa e extensão, o trabalho fica muito integrado. A primeira ação que eu fiz quando cheguei na Universidade foi entrar em contato com as pessoas responsáveis pela educação de surdos da cidade, com isso descobri que era o CENAV o órgão responsável por esse atendimento; então eu fui ao CENAV e conversei com as professoras que estavam a frente do Centro, me coloquei a disposição pra qualquer coisa que elas precisassem. Eu me apresentei, falei qual era o meu objetivo ali, falei um pouco da minha experiência e falei que qualquer coisa que elas precisassem que elas podiam contar comigo.

Tomando por base os relatos de E1 percebemos que foi a partir de sua formação acadêmica e profissional que a aproximação entre a Universidade pública e o município foi possível. Ao se colocar à disposição para parcerias e com o foco no atendimento especializado de estudantes surdos, a professora E1 encontrou respaldo para a elaboração de uma proposta com o intuito de promover uma educação inclusiva, tomando por base os aportes legais para a

área, que traz a preocupação não apenas com o acesso, mas também com a permanência e a aprendizagem com qualidade dos indivíduos surdos incluídos nas escolas regulares, como aponta o Decreto nº 5626/05.

Art. 22. As instituições públicas de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. (BRASIL, 2005)

Dessa forma, a nucleação foi planejada e elaborada com o objetivo de possibilitar uma educação de surdos de qualidade, com a presença de profissionais que entendam as especificidades dos surdos e para sanar fatores que dificultavam o processo educacional desses sujeitos, tais como a falta de profissionais intérpretes na rede de educação, que, mesmo sendo um direito estabelecido pelo Decreto nº 5626/05 não era uma realidade nas salas de aula das redes públicas

Art 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação. (BRASIL, 2005)

Além, da falta de professores especializados outras questões dificultadoras da inclusão de surdos podem ser citadas como a falta de interação entre os sujeitos e a conseqüente falta de frequência-prática de utilização da língua de sinais, entendendo que a língua de sinais é uma herança da comunidade surda e, devido a homogeneização da língua portuguesa nos variados âmbitos da nossa nação, ela acaba por se secundarizada. Este processo acaba por reduzir os usuários da língua a espaços cada vez mais restritos, dificultando o acesso aos direitos sociais mais básicos. Assim, foi pensando nessas e em outras especificidades que a proposta de nucleação foi pensada.

Cabe ressaltar que nas escolas públicas do município, embora houvesse a oferta de atendimentos da educação especial e da inclusão de surdos no ensino regular com a oferta do

atendimento educacional especializado, não havia a garantia de respeito ao direito linguístico do aluno surdo. O que é recorrente em outros contextos educacionais e, segundo SKLIAR (1997) durante várias décadas na educação imperou o modelo oralista de atendimento de surdos e muitos profissionais foram contratados e formados nesse contexto. No entanto, segundo o mesmo autor, uma mudança histórica e social de paradigma vem ocorrendo, ao se considerar a surdez como um modelo sócio-antropológico e a Libras como língua de direito - que é defendida nas esferas políticas e sociais (associações de surdos, acadêmica, entre outras), mas não necessariamente assimilada pelas práticas escolares.

Ao consultar as atas das reuniões verificamos que muitos encontros foram realizados antes da efetivação da política de atendimento de estudantes surdos; foi preciso mapear os estudantes e as escolas onde esses alunos estavam inseridos, bem como avaliar qual seria o melhor local para se tornar polo para a nucleação, uma vez que se verificou que o atendimento difuso dos estudantes não estava contribuindo para o processo de desenvolvimento dos mesmos, nem estava oportunizando às redes públicas melhorarem a qualificação dos profissionais para esse atendimento, bem como o fornecimento de outros recursos necessários para favorecer o processo de inclusão. Dessa forma, não só a rede municipal foi envolvida nas discussões, mas a rede estadual passou a integrar as reuniões, uma vez que muitos alunos surdos já estavam matriculados em escolas estaduais do município.

Essa realidade referenda os estudos que apontam para o número crescente de surdos matriculados em classes de ouvintes nos sistemas de ensino, no entanto, infelizmente, na maioria desses casos o aluno surdo é tratado como se ouvinte fosse, devendo acompanhar os conteúdos preparados para ouvintes sem que qualquer condição especial seja propiciada para sua aprendizagem (LACERDA; ALBRES; DRAGO, 2013, p.67).

Até esse ponto da retomada da trajetória de implantação da política municipal de atendimento de estudantes surdos a entrevistada E2 ainda não estava engajada nas ações propostas. Somente a partir da presença de membros da Superintendência Regional de Ensino de Campo Belo, responsáveis pelas escolas estaduais de Lavras e região é que ela tomou conhecimento do que estava sendo planejado. E2 apontou que a escolha da escola na qual atua como gestora como polo para concentração dos estudantes surdos aconteceu por decisão das instâncias governamentais que ponderaram a grau de recepção da equipe escolar e por questões de gestão das políticas de contratação de pessoal.

E2: Foi uma decisão da Superintendência Regional de Ensino- Campo Belo, CENAV e UFLA com o objetivo de possibilitar uma educação efetiva e completa dos alunos, reconhecendo suas especificidades linguísticas e capacidades [...], os estudantes surdos poderiam também socializar uns com

os outros, ou seja, teriam um grupo de convivência. Essa nucleação também facilitaria a designação de intérpretes e garantiria acompanhamento para todos os alunos surdos. Justificaram a escolha de nossa escola por considerarem que a equipe se demonstrava inclusiva e porque demonstramos respeito à diversidade.

E1 explicou em seu relato o percurso com mais detalhes, indicando a que a Superintendente regional de ensino, responsável pelas escolas estaduais de Lavras foi favorável à nucleação e que só após o apoio das secretarias estadual e municipal foi realizada a reunião com as famílias dos estudantes surdos, que também aceitaram a proposta.

E1: Nós fomos conversar com a secretária regional de educação sobre a proposta, se haveria apoio a esse tipo de ação em Lavras e elas falaram que sim, aceitaram e apoiaram. Depois disso, fizemos a reunião de pais, com ata e tudo mais e com essas assinaturas nós voltamos a secretária regional de educação. Com o aval de todos eles falaram sobre a necessidade de escolha da escola, e a indicação da Escola Estadual Cinira, enfatizando a importância de fazermos uma reunião com todos os profissionais intérpretes e gestores, coordenadores da escola para explicar como funciona a proposta.

Como ponto favorável a iniciativa a professora E1 identificou que

[...] tinha uma outra coisa acontecendo, que facilitou para que a proposta de nucleação acontecesse, alguns surdos estavam sem intérpretes nas salas, então, nós não tínhamos profissionais suficientes para atender a todos os surdos. Havia surdos que já tinham seis meses sem presença de intérprete, então, os surdos seriam beneficiados nesse sentido. Estão na mesma sala, na mesma escola, os intérpretes trabalhando ali, então foi outro ponto positivo para que a proposta acontecesse na cidade e os surdos não ficariam mais sem intérpretes.

Assim, a proposta da nucleação seria o primeiro passo para a superação de problemas já destacados e, também foi entendida como facilitadora das decisões de gestão das políticas para a área da educação de surdos, uma vez que concentraria a contratação de intérpretes e a qualificação dos profissionais, mas como pudemos perceber nem tudo saiu como planejamento inicialmente e muitos ajustes foram necessários ao longo da caminhada.

DURANTE O PROCESSO DE NUCLEAÇÃO

A partir do primeiro movimento de aproximação, a professora E1 relatou que o passo seguinte foi dado pela instância municipal, que entrou em contato com ela e com outra professora da UFLA que também atua na área, demonstrando interesse em implementar ações relacionadas a educação de surdos.

E1: Um tempo depois a equipe municipal me procurou e, também a professora XX, do departamento de Educação da UFLA, dizendo que tinham interesse em iniciar alguma coisa efetiva com relação a educação de surdos

na cidade e queria saber como funcionava... eu falei claro, vamos em frente! E foi aí que tudo começou, a partir de uma demanda mesmo da própria prefeitura do município de Lavras, que iniciou esse projeto. E aí o que a gente fez, a gente escreveu a proposta de uma forma bem inicial [...]

Com base no interesse das pessoas que trabalhavam com a educação de surdos no município, o projeto foi escrito e deu-se início às reuniões com a equipe municipal, estadual e com as famílias dos estudantes surdos. Assim, para a implantação da nucleação, foi necessário passar por vários processos, desde quando a ideia surgiu até os estudantes estarem estudando em uma única sala, como relata a professora E1:

E1: [...] a partir desse contato com o pessoal do CENAV nós começamos a fazer reuniões praticamente toda semana, para pensarmos juntos com o poderia ser feito esse processo de nucleação. Então, como a gente já tinha o grupo de estudos, pesquisa e extensão em educação de surdos, a gente começou a conhecer como era feito o trabalho com os surdos na cidade. Nós observamos que eram realizadas visitas periódicas nas escolas e participamos de algumas delas; fomos conhecer o atendimento educacional especializado dos surdos realizados no CENAV, enfim...

Importante destacar o período de sondagem inicial do trabalho já realizado no município a fim de organizar a proposta de modo mais satisfatório e próximo da realidade diagnosticada.

E1: Em uma das reuniões discutiu-se sobre o fato dos surdos estarem estudando cada um está em uma escola, perguntamos o que poderíamos fazer para se aproximar do que seria algo que atendesse o surdo da melhor forma [...] já que sabemos que o ideal seria termos uma escola bilíngue, onde a Libras seria trabalhada como a primeira língua dos surdos.

Ao levar em conta as opiniões e anseios das famílias e tomando como referência a garantia do cumprimento dos direitos mínimos dos estudantes surdos, foi realizado o mapeamento do número dos estudantes a serem atendidos e as condições para esse atendimento, chegando-se a conclusão de que, para o momento, o estabelecimento de uma escola bilíngue não seria possível no município, passando-se a discussão da criação de uma classe bilíngue, o que se verificou também não ser possível, uma vez que o mapeamento realizado evidenciou que não havia um quantitativo considerável de surdos, sendo que eles ainda estavam matriculados em anos de escolaridade diferentes. Nesse sentido, E1 aponta que “como não havia o quantitativo de surdos suficientes para criação de escola ou salas bilíngues, o mais próximo que poderia ser feito do ideal era fazer com que os alunos surdos estudassem na mesma escola, por que aí a formação de professores seria facilitada [...]”.

Ainda, a professora E1 destacou que a integração dos alunos no mesmo estabelecimento de ensino seria viabilizada pela oferta do transporte municipal para

deslocamento, mesmo para os que moram mais distante da escola polo e comentou sobre outros benefícios da proposta:

E1: [...] os professores da escola estariam todos no mesmo local para favorecer a formação, os surdos todos reunidos no mesmo espaço e a prefeitura de Lavras apresenta um diferencial que é a questão do transporte, então, os surdos já tinham o transporte de casa, para a escola e para o CENAV, o que é uma coisa que é difícil de encontrar em outras prefeituras, então não fazia diferença para as famílias que os alunos surdos estudassem em uma escola ou em outra [...]

Uma grande motivação para que a nucleação acontecesse esteve baseada em estudos sobre a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2007), como já mencionado, “devido à diferença lingüística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular.”. Além disso, acrescenta Rezende:

[...] reunir surdos em uma mesma escola ou sala de aula não significa separá-los do mundo ou torná-los mais dependentes. Ao contrário, os ambientes lingüísticos que favorecem a vivência de uma língua de maneira espontânea fazem com que os sujeitos se tornem mais autônomos, pois eles alcançam o conhecimento de maneira mais rápida e eficaz. A experiência lingüística plena faz com que as pessoas se sintam seguras nas interações sociais e na relação com seus pares. Além disso, quanto maior o desenvolvimento lingüístico dos sujeitos, maior a capacidade de buscar conhecimento e de utilizá-lo livremente no seu cotidiano. Eles podem, de maneira independente, transitar no mundo e compreendê-lo. Assim, o conhecimento de mundo adquirido pelos surdos por meio de uma língua natural, a Libras, seria mais eficiente (REZENDE, 2011, p.1).

Como não seria possível ter uma escola bilíngue, como a professora E1 relatou, foi necessário a escolha de uma escola para ser um polo da educação de surdos no município de Lavras, que segundo a professora E1 recaiu na Escola Estadual Cinira Carvalho pois, a mesma já apresentava um percurso na educação inclusiva, o que as lideranças da secretaria de educação, sobretudo o CENAV consideraram interessante, inclusive era uma escola que já tinha alguns estudantes surdos matriculados, e por isso ela sempre foi aberta as questões da diferença e da inclusão. A decisão pela escola foi corroborada pela entrevistada E2 que apontou que a escolha partiu de uma decisão unilateral da Superintendência Regional de Ensino- Campo Belo, deixando entrever que os profissionais da escola não haviam sido consultados sobre a proposta de nucleação. Contudo, a E2, relata que foi uma decisão ou indicação da Superintendência Regional de Ensino- Campo Belo, CENAV e UFLA.

E2: Foi uma decisão da Superintendência Regional de Ensino- Campo Belo, CENAV e UFLA [...] Justificaram a escolha de nossa escola por considerarem que a equipe se demonstrava inclusiva e porque demonstramos respeito à diversidade.

Ainda que os profissionais da escola não tenham sido incluídos na trajetória de discussões sobre a proposta, entendemos que o projeto de nucleação deveria ter sido elaborado em conjunto – Escola, Superintendência Regional de Ensino- Campo Belo, CENAV, UFLA e Intérpretes – para que houvesse uma compreensão de toda abrangência do mesmo. SOUZA (2007) destaca que qualquer proposta inclusiva “[...] deve ser construída com todos, para que se tenham novas configurações ideológicas, que seja marcado por uma nova história de relação e reciprocidade política com eles, que seja inscrito em uma nova lógica de entender e considerar na escola o estudante surdo.” (SOUZA, 2007, p.35).

É preciso compreender que as metas traçadas podem sofrer alterações durante o percurso e que nem todo caminho seguido é linear, perante as relações que são criadas no decorrer do caminho, vão se modificando as possíveis metas elaboradas no início. Ao ser perguntada sobre quais as dificuldades encontradas no percurso a professora E1 destacou que precisaram ajustar algumas questões ao longo do caminho planejado.

E1: [...] nós tivemos as demandas da escola para além da educação de surdos com relação à greve, à mudança de gestão, era uma diretora nova, então, ela tinha outras questões urgentes para resolver na escola e também alguns surdos parece que estranharam a mudança de escola, estranharam um pouco a forma como a escola lidava com aquilo, a gente não conseguiu fazer uma avaliação do motivo, mas houve o estranhamento de alguns surdos com relação à mudança de escola, enfim...

Mesmo sendo consultados sobre o processo de nucleação, a mudança de todos os estudantes surdos para uma nova escola polo causou desconforto e necessidade de novas adaptações, não apenas por parte dos estudantes, mas de toda a equipe escolar. As causas desse estranhamento inicial não foram diagnosticadas pela equipe que acompanhou a nucleação. Nesse sentido, E1 ressalta que “os surdos também foram consultados antes da mudança de escola, aceitaram claro, mas no dia a dia enfim, a saudade dos colegas antigos, não sei... não consigo avaliar o que pode ter ocorrido, precisaríamos de uma pesquisa específica para afirmarmos os motivos.”

E2 aponta, enquanto gestora da instituição de ensino polo, algumas dificuldades encontradas na trajetória de nucleação, como o apoio à equipe escolar no acolhimento dos estudantes surdos, a ausência de formação para o trabalho com surdos, bem como a falta de recursos específicos para esse trabalho, que foram destacados como entraves do processo.

E2: Posso citar como dificuldades a ausência de formação inicial e continuada referente ao atendimento aos alunos surdos; a inadequação de recursos didático-pedagógicos para o trabalho com esses alunos; a falta de organização de um trabalho psicossocial, socialização, os alunos tiveram que sair das escolas onde iniciaram seus estudos e de seu zoneamento,

abandonando os colegas e amigos que conviviam há anos, isso causou a evasão de alguns do sistema de ensino.

Lacerda (1996) ressalta que no Brasil, como em muitos outros países, as experiências com educação bilíngue ainda se encontram restritas e um dos motivos para este quadro é a resistência de muitos a considerar a língua de sinais como a língua oficial dos surdos ou aceitar a sua adequação ao trabalho com o surdo. Associado a isso, temos a falta de preparo dos professores para atuação pedagógica junto aos surdos, o não reconhecimento das especificidades e propriedades da Libras e da cultura surda. Nessa lógica, é assegurado pela legislação como direito que o processo de ensino e de aprendizagem de surdos ocorra em Libras, ensejando uma reestruturação curricular na educação básica e no ensino superior, oferecendo o direito, ao aluno surdo de ser acompanhado por um tradutor/intérprete nas interlocuções entre ouvintes e surdos no contexto escolar. Mas de que adianta termos o direito estabelecido nas leis se não temos pessoas qualificadas para o trabalho, se não temos os materiais didáticos especializados, se a estrutura didática, pedagógica, administrativa ainda não está organizada para essa inclusão? Nesse sentido, outras perguntas se fazem presentes na dinâmica de inclusão: como tem acontecido a inclusão dentro das escolas públicas? Elas estão estruturadas e preparadas para a inclusão de alunos surdos? Os profissionais da educação estão preparados para receberem em suas salas de aula alunos surdos?

Sobre a formação de profissionais para atendimento de alunos surdos, o Decreto 5626/05 pontua que

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno surdo.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação. (BRASIL, 2005)

Na proposta de nucleação estava planejada a formação dos professores da escola polo, bem como o acompanhamento processual do atendimento dos estudantes surdos. No entanto fatores externos à instituição contribuíram para a não efetivação da proposta a contento, conforme relata E1

E1: [...] com a escolha da escola em 2017 foi iniciado o processo e a escola Cinira virou uma escola polo para surdos. E o que aconteceu na escola, o combinado era que nós participaríamos das reuniões de formação que já pe feita todo mês na escola e a gente teria um tempo para falar com os professores, no entanto no ano anterior nós tivemos greve... que durou uns três meses. O início do ano foi confuso, com a greve dos professores, foi muito difícil seguir o planejamento. O registro escrito da proposta não estava finalizado pois a intenção era terminar a escrita com toda a equipe da escola,

mas aconteceu tanta coisa no ano que acabou que esse processo ficou bastante prejudicado. Os integrantes do grupo de pesquisa iam à escola para tentar fazer uma aproximação com os professores, só que as demandas do ano de 2017 foram muitas, então a atenção que deveria ser dada ao projeto não aconteceu da forma que a gente gostaria [...]

Ainda, é importante destacar que a partir do ano de 2018, pelo período de 4 anos, a professora E1 encontra-se licenciada da Universidade para cursar o doutorado em educação, o que nos dias atuais, dificulta o acompanhamento e monitoramento da nucleação em Lavras, pois muitas das ações em relação a proposta ficaram sob seus cuidados. O que nos coloca a refletir que é preciso o envolvimento de um grupo maior de pessoas, pois na falta de uns outros assumem a posição, sem impactar na trajetória do atendimento dos estudantes surdos.

Cabe ressaltar que, a inclusão vai além da garantia do acesso a escola, é preciso também garantir a permanência e a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem dos alunos surdos, entendendo que é necessária a oferta de formação inicial e continuada para a qualificação dos docentes e demais profissionais das escolas, para além de um curso de Libras, visto que, “as questões linguísticas que envolvem as pessoas surdas vão para além de se saber sinais em si” (AGRELLA, 2010, p.63). Assim, segundo Lacerda (2007), quando se opta pela inserção do aluno surdo na escola regular, ela precisa ser feita com cuidados que visem garantir a possibilidade de acesso aos conhecimentos que estão sendo ensinados, além do respeito por sua condição linguística e seu modo peculiar de funcionamento social.

Ainda, para os estudantes surdos, também é necessário que eles tenham conhecimento da Língua Portuguesa, tendo em vista ser a língua oficial do Brasil. A Língua Portuguesa na modalidade escrita permitirá ao aluno surdo o conhecimento das várias funções da Língua Portuguesa. De acordo com o Decreto 5626/2005 é um direito do aluno surdo aprender a Língua Portuguesa. Vale ressaltar, que a aquisição da Língua Portuguesa é caracterizada como segunda língua, para tanto, é importante preservar a identidade da Libras e garantir a aprendizagem do aluno utilizando sua língua materna. As duas línguas são de extrema importância no processo de ensino e de aprendizagem dos alunos surdos, uma complementa a outra. Para isso é preciso o investimento em profissionais qualificados para o trabalho, que saibam fazer as relações entre a cultura surda e dos ouvintes, que respeitem a diversidade, bem como que sejam garantidos os recursos.

DEPOIS DO PROCESSO DE NUCLEAÇÃO

Como parte de um processo a avaliação torna-se importante no sentido de compreender o que deu certo e o que não deu certo, o que pode melhorar, segundo Dalmas:

Avaliação é essencial para a consecução do processo. Além do mais, é ela quem situa o grupo. Sem ela não se saberá para onde o grupo está se dirigindo, serão navegantes sem rumo...Ela faz com que o grupo ou pessoa localize, confronte o resultado e determine a continuidade do processo, com ou sem modificações no conteúdo ou na programação. (DALMAS, 1995, p. 106 – 107).

Nesse sentido, mesmo que tenha havido mudança no planejamento inicial, cabe a realização de uma avaliação parcial da trajetória já vivida, no sentido de entender o que foi e ainda é a nucleação e o que foi possível realizar no curto espaço de dois anos de implementação da proposta.

E2 aponta que houve uma reorganização da escola para o atendimento dos alunos surdos e ao ser perguntada sobre como tem sido o envolvimento dos professores, da equipe escolar, dos alunos no acolhimento dos estudantes surdos a mesma aponta que percebe “que tanto alunos quanto professores e equipe escolar demonstram acolhimento, são receptivos, porém noto que há dificuldades referentes à prática pedagógica.” Ainda, destaca como pontos positivos da nucleação a facilidade em designar intérpretes para o atendimento dos estudantes surdos e o convívio entre os surdos e demais estudantes.

E1 também destaca pontos positivos na proposta e avalia a nucleação como uma conquista para a educação do município, mesmo com as dificuldades encontradas no caminho.

E1: [...] eu avalio como um avanço para a educação dos surdos que foi conquistado em muito pouco tempo, no entanto, com minha saída para o doutorado em 2018 e, pelo fato de estarmos no início de uma proposta eu não consegui fazer um acompanhamento de perto de todo o processo... Mas eu considero que foi muito positivo por que dentro do que era possível demos um primeiro passo... um grande passo.

Sobre a importância do acompanhamento da proposta, E2 aponta que a descontinuidade do planejamento prejudicou a qualidade do projeto inicial.

E2: A proposta é positiva, pois tem como objetivo possibilitar uma educação efetiva e completa reconhecendo as especificidades linguísticas e capacidades dos alunos, promovendo a verdadeira inclusão, porém não aconteceu como deveria. A Universidade Federal de Lavras não continuou com o atendimento que ofereceram no momento da proposta, ou seja, não ofereceram apoio e formação. O CENAV iniciou o apoio a escola, porém não desenvolveu ações sustentáveis. Vejo que atendeu a questão referente a escassez de intérprete, porém não alcançou o objetivo inicial supracitado.

A questão da falta de continuidade da proposta de nucleação foi bastante recorrente em ambas as entrevistas, de modo a nos fazer refletir sobre as rupturas na oferta das políticas públicas, tão recorrentes nos governos, e o mal que isso acarreta na gestão das instituições de ensino, na formação dos estudantes e no alcance de uma educação de qualidade. Sabemos que para o alcance dessa tão sonhada qualidade é preciso tempo, planejamento e políticas de Estado, que ultrapassem os períodos dos governos.

São muitas as expectativas pela retomada das discussões sobre a nucleação em Lavras, sempre no sentido de buscar um avanço a partir do que já foi conquistado. As entrevistadas apresentam ponderações sobre as necessidades futuras do projeto.

Para E1 as expectativas eram e são ainda que os professores entendam que não há uma ordem hierárquica para a nucleação, eles precisam se sentir inseridos na proposta, coautores e responsáveis pelo sucesso da mesma. Além disso,

E1: [...] que os professores entendam que o surdo tem especificidade e uma singularidade linguística e que as pessoas entendam que Libras é essencial na educação dessas crianças. O Português como segunda língua é também uma coisa que necessita acontecer, então é necessário um investimento no Português como segunda língua para os surdos nas escolas.

Sobre a necessidade de investimentos, recursos e formas de avaliação para a qualificação da proposta E1 destaca que

E1: [...] é importante que essa escola polo tenham investimentos com relação a materiais bilíngues e que os professores possam pensar formas de avaliações que considere Libras como primeira língua. E que as pessoas... e que os professores de lá, tanto os surdos como as famílias entendam que esse não é o passo ideal, não é ainda o que a gente deseja, não é um ponto final da educação de surdos, mas que é o início de uma grande coisa para que a qualidade da educação de surdos seja estabelecida, que haja qualidade na educação de surdos.

Nesse mesmo sentido, a entrevistada E2 aponta que esperava um apoio maior das instituições parceiras do projeto e faz críticas sobre o momento que estão vivenciando na escola, após a nucleação.

E2: Esperava que tínhamos mais apoio e que mais ações seriam realizadas, como por exemplo palestras, capacitação para os profissionais, eventos para comunidade etc. Esperava que os alunos não tivessem só um lugar em comum para o acesso, mas condições para que permaneçam na escola, garantindo a inclusão de fato. [...].

Assim, é possível perceber que no desenvolvimento das práticas pedagógicas ainda há grande distância da inclusão entre os alunos surdos, em turma de ensino regular, com alunos ouvintes, como é proposto pela Política Educacional de Educação Especial na Perspectiva da

Educação Inclusiva. Muitas questões ainda estão incipientes dentro da política em Lavras, como também aponta E1:

E1: [...] os próximos passos poderiam ser a questão do ensino de português como segunda língua... Ah! Nós chegamos a fazer contato com o CAS que forma intérpretes, por que os intérpretes são profissionais bem importantes na escola, então a gente precisa iniciar a parceria com o CAS e Secretaria de educação, enfim eu vejo a proposta de nucleação como positiva, mas que ainda está muito incipiente e inicial, precisando de uma continuidade.

Ao mesmo tempo em que percebemos a necessidade de se consolidar a políticas da educação de surdos sistematizando as ações e qualificando os processos, percebe-se a necessidade de uma transformação objetiva quanto às atitudes, aos estereótipos e aos imaginários sociais que correspondem ao atendimento dos estudantes; transformação essa que implica toda uma desconstrução das grandes narrativas presentes nessa educação; uma trajetória que implica, também, toda uma revisão sobre questões relacionadas com as identidades, as linguagens e o multiculturalismo dos surdos (SKLIAR, 1997). Para, quem sabe, partimos para a construção de escolas bilíngues, em que as aulas são ministradas na língua de sinais e em que todos - alunos, professores e funcionários, surdos ou ouvintes - conversam, dentro e fora da sala, em Libras, como modelo ideal para a educação de alunos surdos, conforme opinião de especialistas.

E2 finaliza sua entrevista apontando alguns ajustes que precisam ser feitos na política de atendimento dos estudantes surdos, para que a mesma de fato cumpra os objetivos propostos

E2: Considero que é preciso cumprir o que os órgãos parceiros ofereceram, apoio, capacitação, parceria, formação, palestras, suporte, estratégias, metodologias, formação. Os alunos surdos precisam mais do que um lugar comum, precisam de um lugar estruturado para recebê-los. É necessário desenvolver estratégias conjuntas para alcançar o objetivo proposto com a nucleação, ou seja, possibilitar uma educação efetiva e completa reconhecendo as especificidades linguísticas e capacidades dos alunos, promovendo a verdadeira inclusão.

Ainda, há um longo caminho a ser percorrido, a nucleação foi apenas um passo para alcançar uma educação equânime, de qualidade, como está descrito em leis e decretos, de modo que há muito o que melhorar nessa proposta, como relatado pelas entrevistadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa buscamos resgatar a trajetória da implantação da política de nucleação de estudantes surdos na Escola Estadual Cinira Carvalho, a partir da consulta aos documentos e dos depoimentos dos colaboradores participantes desse processo de nucleação, de 2016 até os dias atuais. Para isso realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo, utilizando como método o estudo de caso, bem como, o instrumento de coleta de dados foi à entrevista semiestruturada, de modo que pudéssemos chegar as decorrências da nucleação. Ancoradas nos documentos oficiais da educação de surdos do Estado de Minas Gerais (2014) e do Brasil (2005; 2007), e nos depoimentos de dois sujeitos participantes da equipe gestora do processo de nucleação em Lavras. O referencial teórico baseou-se em Skliar (1997), Quadros (2008), Lodi (2013) e Lacerda (2009).

Duas questões nortearam a presente investigação: qual foi a importância dessa política para o município de Lavras? E, atualmente como está o funcionamento de nucleação de estudantes surdos na Escola Estadual Cinira Carvalho?

Respondendo as questões norteadoras percebemos que Lavras, dentre os municípios da região foi o pioneiro a tratar sobre a temática, de modo que já havia uma parceria entre o Município e o Estado com relação ao transporte desses estudantes, além disso, o cuidado com o atendimento de estudantes surdos na cidade de Lavras também é outro diferencial. Para além da sala de recursos das escolas, Lavras possui um Centro de Educação e Apoio as Necessidades Auditivas, Visuais e do Transtorno do Espectro Autista, sendo o atendimento educacional especializado realizado por profissionais capacitados; os acompanhamentos são feitos para além do pedagógico, também sendo disponibilizado o atendimento clínico (fonoaudióloga, psicóloga e terapeuta). Assim, a proposta de nucleação buscou assegurar o que já vem sendo realizado no município para a educação de surdos, bem como atender aos parâmetros legais da educação de surdos. Para que essa proposta acontecesse houve uma mobilização de esforços e parcerias entre órgãos municipais, estaduais, além da Universidade Federal de Lavras visando a implantação e o acompanhamento da proposta. Assim, verifica-se a importância de se conhecer iniciativas como essa, de modo a possibilitar trocas nesse processo, entendendo o que deu certo, o que pode melhorar, para que se possa construir um modelo capaz de atender toda a demanda da educação de surdos, para além da presença dos intérpretes dentro das salas de aulas.

Sobre a situação atual vivenciada no atendimento dos surdos na Escola Estadual Cinira Carvalho, verifica-se que é preciso que haja continuidade nos investimentos e estudos para a

área, a parceria Universidade, secretaria estadual e municipal de educação, a formação de professores e profissionais para o acolhimento, visto que as rupturas ocorridas nesse percurso da elaboração da proposta até a implantação e acompanhamento da proposta prejudicaram o atendimento dos estudantes surdos. É preciso pensar uma construção em conjunto (Escola-UFLA-CENAV), reestabelecendo parcerias para evitar que as iniciativas e propostas fiquem atreladas às pessoas, evitando novas discontinuidades nesse caminho a ser percorrido.

Além disso, cabe ressaltar que entendemos a educação de surdos como um campo específico do conhecimento que vai além da educação inclusiva, de modo a perceber que a questão da surdez vai além da deficiência em si, mas sim caracteriza-se como uma especificidade, que necessita de um atendimento especializado e uma educação que aceite a Língua Brasileira de Sinais como a língua oficial, além de reconhecer que existe uma cultura surda. Desse modo, entendendo todos os aspectos que permeiam o “ser surdo” podendo contribuir para uma educação equânime de qualidade.

Por fim, esperamos que esse estudo contribua para o resgate da memória da educação de surdos no município de Lavras, buscando entender qual a situação atual do atendimento dos estudantes surdos, bem como incentivando outros trabalhos e pesquisas na área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRELLA, R. P. **Língua, subjetividade e opressão lingüística – interrogações a uma pedagogia (ab)surda**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Editora Liber Livros: Brasília, 2008. 68 p. (Série Pesquisa: Vol. 13)

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a diretrizes e bases para Educação Nacional. Brasília.

_____. **Decreto 3298/98, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a lei no. 7853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de dez. 1999.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Regulamenta o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais da comunidade surda do Brasil e dá outras providências. Brasília: SEESP, 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Decreto nº. 5626/05 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

_____. **Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: 2010.

_____. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e da outras providências. Brasília, 2011.

CAMPELO, A. R. S.; *et all*. **CARTA ABERTA DOS DOUTORES SURDOS AO MINISTRO MERCADANTE**, 8 jun. 2012. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/grupos-de-pesquisa/CARTAABERTADOSDOUTORESSURDOSAOADMINISTROMERCADANTE.pdf>> . Acesso em: 22/10/2018.

CICCONI, M. **Comunicação Total**. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

DALMAS, A. **Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação**; 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FERREIRA, N. S. A. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. Educ. Soc. [online]. 2002, vol.23, n.79, p.257-272.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOLDFELD, M. **A criança surda**. São Paulo: Pexus, 1997.

LACERDA, C. B. F. **O processo dialógico entre aluno surdo e educador ouvinte: examinando a construção de conhecimentos**. Campinas: UNICAMP, 1996. (Tese de Doutorado)

_____. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. São Paulo, Campinas. Cadernos Cedes, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

_____. O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v.13, n. 2, maio/ago. 2007.

LACERDA, C. B. F.; ALBRES, N. A.; DRAGO, S. L. S. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 65-80, Mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022013000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em : 17 Out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000100005>.

LODI, A. C. B. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013.

LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos no ensino infantil e fundamental: princípios, breve histórico e perspectivas. In: _____. **Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009. p. 7-32.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PEREIRA, K. C. S.; CABRAL, G. R. **Relatório de Pesquisa: Estado da Arte da Educação de Surdos - 2012-2016**. Universidade Federal de Lavras, 2018.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. POA: Artmed. 1997.

_____. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos**: inclusão/exclusão. Ponto de Vista, Florianópolis, n.05. p. 81-111, 2003.

_____. O “bi” em Bilinguismo na Educação de Surdos. In: FERNANDES, E. (Org.) **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

REZENDE, P. **Política de inclusão. Rio de Janeiro, O Globo**. Sessão Mais. 2011.

Entrevista. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/leia-artigo-da-pedagoga-patriciarezende-sobre-politica-de-inclusao-2804129>>. Último acesso em: 25 set. 2019.

SACKS, O. **Vendo vozes**: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro, Imago, 1998.

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação de surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Educação e exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOUZA, R. M.; SILVESTRE, N. Pontuando e contrapondo. In: ARANTES, V. A. (Org.). **Educação de surdos: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2007.

WRIGLEY, O. **The politics of deafness**. Washington: Gallaudet University Press, 1996.

ANEXOS

Anexo 1 – Parecer do Comitê de Ética de Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A nucleação como política de atendimento de estudantes surdos no município de Lavras/MG

Pesquisador: GIOVANNA RODRIGUES CABRAL

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 20055519.8.0000.5148

Instituição Proponente: Universidade Federal de Lavras

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.663.374

Apresentação do Projeto:

A pesquisa pretende apresentar e refletir sobre as políticas públicas desenvolvidas no âmbito da educação de Surdos no município de Lavras/MG tomando como referência a legislação específica sobre o tema, a análise dos documentos referentes à nucleação de alunos e os depoimentos de pessoas que participaram dos discussões sobre a proposta de atendimento educacional dos alunos surdos.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo da pesquisa é resgatar a trajetória da implantação da política de nucleação de estudantes surdos na Escola Estadual Cinira de Carvalho, a partir da consulta aos documentos e dos depoimentos dos colaboradores participantes desse processo de nucleação, de 2016 até os dias atuais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos - OK

Benefícios - OK

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa com relevância científica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto - OK

Endereço: Campus Universitário Cx Postal 3037

Bairro: PRP/COEP

CEP: 37.200-000

UF: MG Município: LAVRAS

Telefone: (35)3829-5182

E-mail: coep@nintec.ufia.br

Continuação do Parecer: 3.003.374

Arquivo de comentários éticos - OK

TCLE - OK

Termo de Anuência da escola - OK

Recomendações:

Critérios de exclusão estão inadequados: critério para excluir participante previamente incluído.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomenda-se aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao Final do experimento o pesquisador deverá enviar relatório final, indicando ocorrências e efeitos adversos quando houver.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1416960.pdf	07/10/2019 13:29:53		Acelto
Outros	autorizacao_escola.pdf	07/10/2019 13:28:30	GIOVANNA RODRIGUES CABRAL	Acelto
Recurso Anexado pelo Pesquisador	carta_de_resposta_ao_Parecer_Coep.docx	07/10/2019 13:25:34	GIOVANNA RODRIGUES CABRAL	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_preenchido.doc	07/10/2019 13:18:10	GIOVANNA RODRIGUES CABRAL	Acelto
Outros	comentarios_eticos_preenchidos.docx	07/10/2019 13:17:19	GIOVANNA RODRIGUES CABRAL	Acelto
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_3612059.pdf	07/10/2019 13:15:37	GIOVANNA RODRIGUES CABRAL	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoTCC_Coep_Karla.docx	07/10/2019 13:15:12	GIOVANNA RODRIGUES CABRAL	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_sujeito2.pdf	07/10/2019 13:14:53	GIOVANNA RODRIGUES CABRAL	Acelto
TCLE / Termos de	Termo_sujeito1.pdf	07/10/2019	GIOVANNA	Acelto

Endereço: Campus Universitário Cx. Postal 3037
Bairro: PRPICOEP CEP: 37.200-000
UF: MG Município: LAVRAS
Telefone: (35)3829-5182 E-mail: coep@nintec.ufa.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS



Continuação do Parecer: 3.663.374

Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_sujeito1.pdf	13:14:16	RODRIGUES CARRAL	Aceito
Folha de Rosto	foihaderostoassinada.pdf	21/08/2019 10:04:45	GIOVANNA RODRIGUES CARRAL	Aceito
Outros	roteiro_entrevistas.docx	18/08/2019 14:15:49	GIOVANNA RODRIGUES CARRAL	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LAVRAS, 25 de Outubro de 2019

Assinado por:
RAMON GOMES COSTA
(Coordenador(a))

APÊNDICE

Apêndice 1 – Roteiro de entrevistas

Roteiro de entrevista semiestruturada

Perguntas E1

1. Como aconteceu o processo de nucleação dos estudantes surdos e deficientes auditivos?
2. Como ocorreu a parceria entre UFLA e CENAV?
3. Como era as reuniões para decidir sobre os caminhos a serem percorridos?
4. Como se deu a escolha da escola?
5. Esse processo foi benéfico para a educação de surdos?
6. Houve dificuldades? Resistências? Quais?
7. Como foi a aceitação dos professores perante a nucleação? E os demais funcionários da escola?
8. Como foi a postura dos pais ou responsáveis durante o processo de nucleação? Houve apoio? Resistências?
9. Como era a relação entre o interprete e o professor?
10. Hoje você faria algo diferente nesse processo?

Perguntas E2

- 1- Como aconteceu o processo de nucleação dos estudantes surdos e deficientes auditivos?
- 2- Esse processo foi benéfico para a educação de surdos?
- 3- Houve dificuldades? Resistências? Quais?
- 4- Como foi a aceitação dos professores perante a nucleação? E os demais funcionários da escola?
- 5- Como foi a postura dos pais ou responsáveis durante o processo de nucleação? Houve apoio? Resistências?
- 6- Como era a relação entre o interprete e o professor? E o interprete com o estudante surdo?
- 7- Como era relação entre os estudantes e os estudantes surdos ou deficiente auditivo?
- 8- E hoje como está a proposta de educação bilíngue? Há apoio para que esse processo continue acontecendo?
- 9- Os estudantes estão com seus direitos garantidos? Possui interpretes para todos? Há transporte disponível? E o CENAV ainda faz visitas na escola?